

CLIO NO TRIBUNAL: RAZÃO POÉTICA E RAZÃO ESTRUTURAL CONTRA A HISTÓRIA

*José Oliver Faustino Barreira¹
Michelle dos Santos²*

Aristóteles e Claude Lévi-Strauss. Como unir dois substantivos a um predicado comum? Qualquer escrita que se suponha crítica presumirá um complemento que justifique – ou apague – os traços de arbitrariedade. Esse complemento, se não necessário e suficiente, deve agradar ao menos à sensibilidade verossímil do leitor. Com esta crença, supõe-se mais produtivo apresentar, em primeiro lugar, o ponto comum que faz de Aristóteles e Claude Lévi-Strauss o centro deste texto.

Um e outro tomam a história de uma forma muito particular. Anunciam as ausências e os limites ontológicos e epistemológicos da história. Não inauguram, ou estabelecem um cânone a respeito da natureza do conhecimento histórico. Mas restringem o lugar da história a partir dos hemisférios da literatura e da ciência, territórios das coisas próximas aos universais.

Referindo-se à história como um método sem objeto, Lévi-Strauss aponta o caráter paradoxal do conhecimento histórico, isto é, conhecimento que não descreve e analisa as leis de seu objeto. Reduzindo a história ao relato do particular, Aristóteles declara a inconsistência da narrativa histórica incapaz de produzir um objeto literário – toma-se, arbitrariamente, literário como narrativo – segundo as leis da necessidade e da universalidade.

Se o que une, neste texto, Aristóteles e Lévi-Strauss é a crítica comum à história, o complemento tornou-se um desafio. Postular a razão comum exige certa dose de demonstração. Neste percurso, comum mesmo, à primeira vista, será apenas a certeza de que a história não possui objeto científico – Lévi-Strauss – ou literário – Aristóteles. O que este texto deve formular é a presença, se não de um conteúdo de partida, ao menos de um resultado comum das críticas de Aristóteles e de Lévi-Strauss à história, para que se torne mais pertinente ou menos arbitrária a associação dessas críticas. Adianta-se um ponto convergente: a história, sua matéria fundamental, é tributária do imprevisível e do acaso.

Tal conclusão compõe outra representação comum da história: descrição subjetiva e fragmentar da realidade. Partindo de pontos diferentes – o conceito de estrutura para Lévi-Strauss; o de *mythos* para Aristóteles – as duas críticas convergem: a história não possui propriedades constantes e definidas. As verdades históricas não esclarecem a natureza das coisas. Aliás, a sombra afetuosa da natureza não protege com suas constantes escondidas o acontecimento ou o fato histórico. A história é depreciada por causa da fraca percentagem de natureza. Tanto em Aristóteles

¹ Mestre em História Social pela Universidade de Brasília. Professor do Instituto Federal de Brasília. E-Mail: <1957194@etfbsb.edu.br>.

² Doutoranda em Educação, Tecnologias e Comunicação pela Universidade de Brasília. Professora da Universidade Estadual de Goiás, Campus Formosa. E-Mail: <michelle.santos0803@gmail.com>.

quanto em Lévi-Strauss, a questão de fundo é a seguinte: a história não atinge a natureza, o ser ou a estrutura.

Coincidências, correlações estabelecidas e suscetíveis de ser sublinhadas entre Aristóteles e Lévi-Strauss, com efeito, são extraídas de suas críticas à história. É a partir deste ponto de chegada que se podem identificar forças imanentes às duas críticas que carregam aspecto idealista, essencialista, anti-histórico, formalista e organicista.

Mas isto já é ir longe e bem mais que o suficiente. Por ora, a relação Aristóteles e Lévi-Strauss carece, ainda, de acabamento. Ora, se a história lhes parece semelhante, não há nada social, mental, lexical, político ou econômico a servir de base a essa semelhança. Não partem de experiências contextuais próximas. É, portanto, com base nos conceitos de *estrutura* e *mythos* – que mesmo elaborados e usados com finalidades e em circunstâncias diversas, e para objetos diferentes – que se pretende recolher o que de semelhante guarda a história em Aristóteles e em Lévi-Strauss. Os conceitos mencionados não se cruzam por força de um contexto ou referente histórico comum. Possuem relações apenas quando vinculados ao seu outro: a história como forma de conhecer. Nesse percurso, *estrutura* e *mythos* propõem, de maneira aproximada, os mesmos limites ontológicos e epistemológicos à história. Mas uma palavra sobre contexto deve ser dita.

Aristóteles escreve sua crítica à história quando o conhecimento histórico não é mais, por assim dizer, novidade entre os gregos. Se a palavra história trazia em seu étimo o valor de investigação e até mesmo o de conhecimento da natureza humana³ revelada nas ações, Aristóteles não deixará de apontar a lacuna entre fatos históricos e verdade. Para ele, os fatos históricos obedecem a uma causalidade acidental e indeterminada.

Esse peso ontológico arruína prováveis ambições epistemológicas da história, e será o divisor de águas entre, de um lado tragédia e filosofia, e, de outro, a história. Em meio aos discursos disponíveis e circulantes na sociedade grega – mito, filosofia, retórica e tragédia – a história não será, segundo Aristóteles, um saber produtivo. Não possuirá a melhor linguagem para ensinar, ou fazer ver o que de essencial possa existir. Com efeito, lá onde a história faz sua aparição como discurso da inteligibilidade, Aristóteles lhe nega seus direitos apontando suas fraquezas

³ Eis o alcance da história para Tucídides: “Minha história terá menos encantos que o mito; mas, quem quiser esclarecer a história do passado e reconhecer no futuro as *semelhanças* e *analogias* da *condição humana*, basta-me que a considere útil. Esta história é uma *conquista definitiva* e não uma obra aparatosa para um auditório de momento.” TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, 1982, I.I, p. 22, grifo nosso. A história como conquista definitiva, esteio para *semelhanças* e *analogias*, permite, em Tucídides, entrever o discurso historiográfico como produtor de inteligibilidade. Tal promessa reuniria, sob os auspícios da verdade: acontecimento, discurso apropriado sobre ele e causas verdadeiras. Assim, a história guardaria lições, os acontecimentos seriam a manifestação de certas verdades eternas e imutáveis. Para além das aparências, os fatos, depois da investigação historiográfica, exalariam verdades úteis, pois públicas e políticas, *kthmá te aiei*, isto é, a história se constituiria num “tesouro para sempre”. A esse respeito ver HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 35, p. 85, p. 89. Ver também: COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de história*. Tradução de Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 47; e FINLEY, Moses Israel. *Uso e abuso da história*. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 07.

cognitivas. Nas palavras do filósofo:

Não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser histórias, se fossem em verso o que eram em prosa), diferem, sim, em que um diz as coisas que se sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular⁴

Dispondo em sistema os episódios da intriga, a poesia, em especial a poesia trágica, forma uma totalidade orgânica com sentido completo. Agenciando os episódios ou fatos da ação trágica, a poesia cria tipos, modelos e universais que escapam à contingência. A intriga poética diz o que é necessário, o que não poderia ser de outro modo. A história, pelo contrário, anuncia o que Alcebiades fez ou padeceu, isto é, trata do particular. Édipo, na tragédia de Sófocles, é um nome que recobre uma experiência possível e verossímil, portanto universal.

Lévi-Strauss discute os limites da história quando as pesquisas dos *Annales*, julgando reformular a sensibilidade do historiador, propõem direta, ou indiretamente, a possibilidade da história total. Expressões sociais, mentais e estruturas econômicas reforçam o catálogo dos domínios da história a partir dos *Annalistes*⁵. Pluralizando o tempo na história, os objetos e fazendo perguntas não mais dirigidas exclusivamente ao indivíduo, a história que circulava na academia francesa – de modo dominante – à época da crítica de Lévi-Strauss reconsiderava o evento numa rede de relações em que aspectos conscientes e inconscientes permeavam o relato histórico. Nesse quadro geral, de 1949 a 1961 Lévi-Strauss avança sua crítica à história e sentencia com um exemplo:

Desde que seja proposto escrever a história da Revolução Francesa, sabe-se (ou se deveria saber) que isso não poderá ser, simultaneamente e ao mesmo título, a do jacobino e a do aristocrata. Por hipótese, suas respectivas totalizações (cada uma das quais é antissimétrica à outra) são igualmente verdadeiras. É preciso, então, escolher entre dois partidos: seja reter principalmente uma das duas ou uma terceira (pois existe uma infinidade delas) e renunciar a procurar na história uma totalização de conjunto de totalizações parciais; seja reconhecer em todas uma realidade igual: mas somente para descobrir que a Revolução Francesa, tal como dela se fala, não existiu⁶.

E arremata: “consequentemente, o fato histórico não é mais dado que os outros; é o historiador ou o agente do devir histórico que o constitui por abstração e como

⁴ ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, prefácio, Introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Souza. Porto Alegre: Editora Globo, 1966, 1459 a 39 – 1451 b 6.

⁵ Não estamos afirmando que a renovação social, mental e econômica em história é produto exclusivo e inaugural dos *Annales*.

⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1989, p. 286.

sob ameaça de uma regressão ao infinito”⁷.

Se o fato histórico sustenta-se em documentos, segue Lévi-Strauss, o que se pode concluir é que, no limite, o documento “diz” ao historiador como determinado indivíduo vive sua temporalidade, mas como a experiência deste é incompleta, o historiador trabalha com fragmentos, e, no limite, determinar um fato histórico, suas razões, causas e delimitações exigiria um número de decomposições ao infinito. No dizer de Veyne, “o que chamamos de causa nunca é senão uma das causas divisíveis no processo, o número de causas divisíveis é infinito”⁸. Os encaixes progressivos, ainda assim, não configuram um sistema isolável e explicável a partir dos dados iniciais. Como um vórtice, a história envolve o historiador numa miríade de particularidades sem a contrapartida de propriedades invariantes que exprimam uma verdade. Quão longe é possível estar, com base nas afirmações deste parágrafo, da ideia de Lucien Febvre segundo a qual “o historiador constrói seu objeto à semelhança de um cientista, não como um romancista”⁹?

Com efeito, que pode haver de comum entre os contextos das duas críticas? A pergunta só pode remeter à procura de outra saída para dotar de algum sentido a proposta de comparar as críticas de Aristóteles e de Lévi-Strauss à história.

Mythos e estrutura

Em Aristóteles, *mythos* é uma competência narrativa. Agenciamento de fatos, *mythos* é igualmente uma construção, um modelo que transforma episódios, eventos, nomes próprios e ações em tipos. Ora, trata-se de dar forma a acontecimentos para transformá-los num enredo, num sistema que reelabora fragmentos em unidades significativas.

Tal unidade estabelece entre os episódios relação de necessidade suficiente que os faz aparecer como um todo coeso, verossímil, e, sobretudo, os apresenta como não podendo ser de outra maneira, condição própria, para falar a verdade, dos objetos da ciência. Assim, *mythos* seria um logos inflado pelos poetas, para lembrar a expressão de François Hartog¹⁰.

O *mythos* é alheio ao acidente, pois a disposição dos fatos prescinde de referências cronológicas. Não operando por meio de cortes cronológicos, o *mythos* não pode ser desmontado em partes independentes sem que o sentido do todo seja prejudicado. Édipo, como já foi assinalado, é um nome, uma personagem cuja existência e ações não são factualmente verificáveis, isto é, o referente que garante a Édipo verossimilhança não está ancorado numa existência factual e oprimida por acasos e acidentes, como é o exemplo de Alcebiades.

O que interessa à poesia, estruturada segundo as regras do *mythos*, é examinar o agente humano – Édipo, por exemplo – em sua natureza incerta e ambígua. Contraposto ao divino, cuja ação é sempre eficaz, o homem, no *mythos* trágico, é um ser aberto e inconsistente. À tragédia cabe a peculiaridade de formular, nas

⁷ LÉVI-STRAUSS, *O pensamento selvagem*, p. 285.

⁸ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault Revoluciona a História*. Tradução de Alda Baltazar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 1995, p. 76.

⁹ HARTOG, *Evidência da história*, p. 176.

¹⁰ HARTOG, *Evidência da história*, p. 83.

regras do *mýthos*, uma teoria da condição humana, por assim dizer.

O referente que abriga a existência de Édipo, para além da singularidade, é o agenciamento sistemático que o transfigura num modelo, num exemplo universal e invariável. O objeto da tragédia de Sófocles, afinal, é coeso e coerente como um objeto científico, isto é, escapa às contingências. Imitando a natureza, *phýsis*, o *mýthos* aproxima-se dos processos que tornam um organismo coeso e necessário.

O *mýthos* da poesia trágica, revestindo-se dos princípios da natureza, configura a obra poética com o vigor e a capacidade da força de aparição da *phýsis*. O necessário presente na poesia é justamente o efeito de produzir um ente poético cujas características próprias imitam processos da natureza. Por extensão, o verossímil não se reduz ao conteúdo de verdade empírica, pois, se assim fosse, a imitação forçosamente recairia na reprodução do conjunto das coisas subsistentes, como é o caso da história, no interior da perspectiva de Aristóteles é claro. Uso as palavras de Ricoeur em proveito da clareza:

*Não se permite mais dúvidas; o tipo de universalidade que a intriga comporta deriva de sua ordenação, a qual constitui sua completitude e sua totalidade. Os universais que a intriga (mýthos) engendra não são ideias platônicas. São universais parentes da sabedoria prática. [...] A intriga engendra tais universais quando a estrutura da ação repousa sobre a articulação interna à ação e não sobre acidentes externos. Compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico.*¹¹

O objeto produzido pelo *mýthos* adquire consistência ontológica e epistemológica por oposição ao relato histórico, que trata de acontecimentos que poderiam ter ocorrido de outro modo. A história, presa aos fatos que ocorreram, não atinge a natureza, isto é, não produz um objeto com realidade necessária, apenas contingente. Contingência dos fatos; contingência (subjetividade) do historiador.

Lévi-Strauss, escrevendo sobre a história entre 1949¹² e 1961, sobretudo, assumirá no início uma posição ambígua. Recuperando o debate entre Simiand e Hauser/Seignobos¹³, ele chega à conclusão de que a distinção entre história e etnologia não

¹¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* – Tomo 1. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994, p. 70.

¹² O artigo apareceu na *Revue de Métaphysique et de Morale*, 54^o ano, n. 3-4, 1949, p. 363-391. Reaparece no volume *Anthropologie Structurale*, publicado em 1958, em Paris, e, em 1967, no Rio de Janeiro, pela Editora Tempo Brasileiro. Na revista mencionada, cujo número fora dedicado aos *Problèmes de l'histoire*, Lucien Febvre publica o artigo “Vers une autre histoire”. Para um resumo bem articulado das primeiras aproximações de Lévi-Strauss à história, consultar o capítulo IV de *Evidência da história*. Nele, François Hartog reescreve a relação de proximidade e de distanciamento de Lévi-Strauss com a história. De modo mais disperso, como de relance, essa relação aparece em: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira e equipe. Campinas: editora da UNICAMP, 2003, p. 139, p. 140.

¹³ Ver a abertura do artigo “Introdução: História e Etnologia” em: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginaldo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p. 13.

se dá por questões de objeto ou de rigor científico. Perspectivas complementares, etnologia e história divergem no seguinte: a primeira elabora seu conhecimento a partir das condições inconscientes dos dados sociais; a segunda, caminha nas sendas do consciente, das representações e dos atos de indivíduos. A diferença repousa na orientação, não no objeto. Nas palavras do antropólogo de 1949:

*Então, seria inexato dizer que, no caminho do conhecimento do homem que vai do estudo dos conteúdos conscientes ao das formas inconscientes, o historiador e o etnólogo caminham em direções inversas: ambos se dirigem no mesmo sentido. Que o deslocamento que efetuam de acordo apareça a cada um sob modalidades diferentes – passagem, para o historiador, do explícito ao implícito, para o etnólogo, do particular ao universal – não muda em nada a identidade do procedimento fundamental. Mas, num caminho onde fazem, no mesmo sentido, o mesmo percurso, somente sua orientação é diferente: o etnólogo caminha para frente, procurando atingir, através de um consciente que jamais ignora, cada vez mais o inconsciente para o qual se dirige; ao passo que o historiador avança, por assim dizer, recuando, conservando os olhos fixados nas atividades concretas e particulares, das quais se afasta apenas para considera-las sob uma perspectiva mais rica e completa. Verdadeiro Jano de dois rostos, é, ainda assim, a solidariedade das duas disciplinas que permite manter ao alcance dos olhos a totalidade do percurso.*¹⁴

Tudo parece indicar a necessária presença da história no interior das ciências sociais. Três anos depois, em 1952, Lévi-Strauss publica o artigo “A noção de estrutura em etnologia”¹⁵. A epígrafe que inaugura o texto é um fragmento extraído do *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, de Rousseau. É pertinente transcrever a epígrafe:

*É preciso não tomar as investigações que se pode fazer sobre este tema por verdades históricas, mas somente por raciocínios para esclarecer a natureza das coisas do que para mostrar sua verdadeira origem, e semelhante aos que fazem todos os dias nossos físicos sobre a formação do mundo.*¹⁶

¹⁴ LÉVI-STRAUSS, *Antropologia estrutural*, p. 40, p. 41.

¹⁵ O artigo foi publicado originalmente em inglês, no ano de 1952, por ocasião do Simpósio Internacional de Antropologia em Nova York. Reaparece no volume *Anthropologie Structurale*, de 1958.

¹⁶ Grifo nosso.

A história reaparece no horizonte, mas o caminho do etnólogo e o do historiador chega a territórios diferentes. Alinhando-se a modelos matemáticos e linguísticos¹⁷, Lévi-Strauss opõe etnologia e história de forma pouco conciliável. A primeira, partindo da coleta e organização de fatos etnográficos construiria modelos a partir desses documentos; a segunda, ocupando-se do tempo cumulativo, irreversível, faria uso de recursos estatísticos.

Os modelos da etnologia, baseados no tempo mecânico, isto é, reversível e não cumulativo, dotariam as pesquisas estruturais em antropologia da capacidade de acessar universais e constantes¹⁸. As regularidades extraídas dos documentos etnográficos – por conta dos modelos elaborados sobre os dados – dariam força à análise propriamente científica, isto é, onde há profusão de informações, o modelo descobre caracteres duráveis, sistemáticos e contínuos¹⁹.

Reduzindo a diversidade a princípios gerais, a etnologia introduziria a ordem no caos. A realidade do vivido, sua riqueza de variáveis intoxicantes, do ponto de vista da ciência, guarda uma estrutura preexistente, cuja natureza ama esconder-se, para lembrar a célebre observação de Heráclito. Assim, os fatores estruturais universalmente em ação dispensariam a necessidade de invocar considerações histórico-geográficas “para compreender as analogias entre sociedades afastadas”²⁰.

Em 1961, *O pensamento selvagem* pronunciará o seguinte: “a história é um método ao qual não corresponde um objeto específico”. Objeto, na semântica de Lévi-Strauss, corresponde à descoberta de padrões, de estruturas inconscientes. O arranque epistemológico rumo ao objeto significa possuir a capacidade de descrever os componentes e os códigos de inteligibilidade, que revelem as leis e as constantes necessárias entre os constituintes do objeto – decomposição finita e que termina por apontar a unidade mínima de sentido fora do sujeito e inscrita na natureza do objeto: fato social total (sociologia), genótipo (biologia), mitema (antropologia estrutural), fonema (linguística). Estudando indivíduos, quer pessoas ou acontecimentos, ou grupos de fenômenos individualizados no tempo e no espaço, a história se prestaria mal a uma tipologia e restaria presa a conjuntos descontínuos.

O conceito de estrutura opõe história à etnologia. Absorvendo e enaltecendo os instrumentos da linguística estrutural e das matemáticas modernas, Lévi-Strauss toma os fatos sociais – parentesco, totemismo, narrativas, técnicas, trocas, disposição do habitat humano, culinária, apenas para lembrar alguns – como linguagem, isto é, como sistemas significantes complexos.

O modelo da linguística estrutural chegará a Claude Lévi-Strauss por meio dos estudos fonológicos de Roman Jakobson, na década de 1940, em Nova York. O

¹⁷ Nesse artigo, Lévi-Strauss lembra a importância das matemáticas para as ciências sociais citando as obras de J. von Neumann e O. Morgenstern, *Theory of games and economic behavior* (1944); C. Shannon e W. Weaver, *The mathematical theory of communication* (1950). Há que se mencionar também a pesada influência que a linguística estrutural exercerá sobre o antropólogo no artigo em questão.

¹⁸ Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. *A noção de estrutura em etnologia*. Tradução de Eduardo P. Graeff, Inácia Canelas e Malcom Bruce Corrie. São Paulo: Abril Cultural, 1976, p. 28.

¹⁹ LÉVI-STRAUSS, *A noção de estrutura...*, p. 34.

²⁰ LÉVI-STRAUSS, *A noção de estrutura...*, p. 41.

futuro professor do Collège de France participou dos seminários organizados por Jakobson na Universidade de Colúmbia²¹. É por intermédio do linguista russo que Lévi-Strauss conhece os trabalhos de Saussure sobre o signo linguístico.

Suprimindo o sujeito falante, Ferdinand de Saussure (1857-1913) introduz a ciência no hemisfério complexo e impreciso do humano²². Tratando a linguagem como sistema, ele situa os fatos da língua no plano inconsciente, isto é, propõe estudar a linguagem como objeto científico, destacando suas leis internas independentes do sujeito que fala e da sua historicidade²³.

Corolário desse axioma é a inteligibilidade da língua como relação, combinatória, sistema de diferenças binário. Por exemplo: a função ou significado de um elemento no sistema só se realiza quando esse elemento, estando em relação com os outros, distingue-se de (se opõe a) outro elemento: assim, em português o fonema [p] opõe-se a outro fonema [b], pois a substituição de um por outro pode produzir mudanças de significação (par/ bar).

Com efeito, a significação é produto da própria estrutura, das leis e regularidades impessoais e inconscientes da linguagem. As oposições binárias regem o sistema linguístico fazendo circular as unidades básicas/ distintas (fonemas) de modo formal e independente da exterioridade, vale dizer, de qualquer referência subjetiva e exterior à forma linguística²⁴. As leis da fonologia estrutural, portanto, são tão necessárias quanto as leis da física, por exemplo. O objeto estático, sem sujeito e sem história em que se tornou a linguística estrutural, será um recurso metodológico caro a Lévi-Strauss.

Mas afinal, o que é a estrutura? Uma panaceia²⁵ que faz abrir e iluminar a floresta mais densa e caótica dos fatos humanos. Do caos ao signo, pois a inteligibilidade da combinatória interna da língua transfigura o cipoal das coisas humanas em significantes, ávidos por girarem numa dança sincrônica pura, e tão decomponível quanto uma função algébrica. Assim, é possível transpor os resíduos entre sujeito e objeto mediante o modelo linguístico.

Um exemplo clássico de como Claude Lévi-Strauss usa o conceito de estrutura, segundo a linguística, é sua análise estrutural o mito de Édipo. Presente em narrativas e contextos narrativos diversos, como a epopeia homérica e a tragédia, Édipo é lido pelo antropólogo sem a consideração dos contextos mencionados. Eis o resultado²⁶:

²¹ Cf. DOSSE, François. *História do estruturalismo: o campo do signo*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio, 1993, v. I, p. 75.

²² Cf. KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Tradução de Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 14.

²³ Cf. DOSSE, *História do estruturalismo*, p. 139 e KRISTEVA, *História da linguagem*, p. 221.

²⁴ Cf. CULLER, Jonathan. *Teoria literária*. Tradução de Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999, p. 60, p. 61, p. 62. Ver também: EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura*. Tradução de Waltencir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 133.

²⁵ No sentido de preparado que possui certas propriedades gerais.

²⁶ O exemplo foi extraído de: LÉVI-STRAUSS, *Antropologia estrutural*, p. 246.

+	-	+	-
Cadmo procura sua irmã Europa, raptada por Zeus	Os Spartoi se exterminam mutuamente	Cadmo mata o dragão	Lábdaco (pai de laio) = “coxo” (?)
Édipo esposa Jocasta, sua mãe	Édipo mata seu pai laio		Laio (pai de Édipo) = “torto” (?)
Antígona enterra Polinice, seu irmão, violando a interdição	Etéocles mata seu irmão Polinice	Édipo imola a esfinge	Édipo = “pé inchado” (?)

Cada uma das colunas é preenchida por mitemas, unidades mínimas de significado do mito, como os fonemas o são do signo. A estrutura revela uma lógica que não depende da temporalidade. Forma sincrônica, a lógica binária subjacente a esta perspectiva revela um modo de ser do mito que independe da história, do acontecimento e da contingência. Cada um dos mitemas só possui significado quando circula numa relação de oposição. Essa lei das oposições, comum tanto a um mito grego quanto a um mito bororo, ultrapassa fronteiras temporais e geográficas sugerindo um modo de operação universal da mente. Os conteúdos podem mudar, isto é, os fatos e episódios de um mito bororo não são os mesmos presentes num mito grego, mas a arquitetura e o sistema de oposições são universais. O modelo, com efeito, apresenta regularidades.

Lido da esquerda para a direita ou vice-versa, o mito de Édipo, tal como disposto por Lévi-Strauss, apresenta um problema central da condição humana. Situado entre natureza e cultura, barbárie e civilização, o homem vive uma contradição, ao que parece, insolúvel. O mito, portanto, submetido ao método estruturalista, apresenta um modelo do que é representativo no homem.

Encarando o mito como um ser linguístico, Lévi-Strauss denomina suas unidades constitutivas. No interior do discurso mítico, os mitemas constituem a estrutura permanente que escapa ao desenvolvimento linear da ordem narrativa²⁷. Os mitemas formam o plano paradigmático do discurso mítico. Não obstante, para adquirirem uma função significativa, devem ser dispostos em feixes de relações ou pacotes, que se opõem ou se correspondem. Assim, o método subordina o plano narrativo do discurso mítico a sua arquitetura estrutural. O modelo mostra-se eficiente para apreender os códigos da linguagem mítica, do objeto mito.

A estrutura do mito permite a decodificação de seu significado na ordem sincrônica e, portanto, paradigmática. Desse modo, o mito pode ser visto como um instrumento lógico que estabelece uma ponte, uma mediação entre polos opostos e irreconciliáveis. Reduzindo o mito a um utensílio lógico e baseado em operações binárias, Lévi-Strauss preocupa-se, antes de tudo, em saber como ele funciona.

As regras operatórias, a mediação entre polos antitéticos, a lógica sintática na combinatória dos mitemas e o estabelecimento sincrônico da análise são, em última instância, a estrutura formal do mito e seu modo de funcionamento. A operação binária na base de todo relato mítico seria o modelo universal do operar inconsciente da mente. A ordem do pensamento baseada no modelo binário estaria presente

²⁷ Cf. LÉVI-STRAUSS, *Antropologia estrutural*, p. 242.

não somente nos mitos das sociedades “primitivas”, mas encontrar-se-ia na própria constituição de todo pensamento, selvagem ou civilizado.

No interior – corre-se o risco do mau gosto ao dizer “berço”? – do que se tornaria uma das tradições mais caras ao ocidente, Lévi- Strauss introduz a estrutura, como faz com os Bororo – que, comparados aos gregos e ao que se chama de tradição, não possuem uma história tão quente. Se for aceitável pensar que tal gesto recupera o homem, ou melhor, que recupera um fato universal que sustenta o humano²⁸, esse reencontro não mais se dá nas bases da historicidade, “último refúgio de um humanismo transcendental”²⁹. Ocorre segundo um modelo, uma ordem, um fato – no sentido de fato científico – fundamental a gregos e bororos e que não depende da espessura da história.

Uma espécie de natureza insinua-se. Se o mito é artifício, em seu interior desvelam-se princípios alheios ao acaso e aos efeitos da vontade, da consciência. Se natureza é o que se apresenta independente da atividade humana, acasos fortuitos não têm lugar quando se manifesta uma ordem³⁰. Segundo Dosse, em Lévi-Strauss “a passagem de modelos de análise para esquemas de vocação universal, ameaça reintroduzir uma forma de ontologização de seus instrumentos de conceitualização”³¹. O inconsciente guarda propriedades ontológicas acessíveis a quem possuir instrumentos epistêmicos capazes de trazer à luz categorias primordiais e numênicas. Em suma, o estruturalismo de Lévi-Strauss seria um transcendentalismo sem sujeito, pois anterior à consciência.

Estrutura e *mýthos*, portanto, apesar de construídos e aplicados a propósitos diferentes, quando pensados contra o pano de fundo da história, revelam-se acima das contingências. Seja considerada em seu aspecto narrativo ou científico, a história, em Aristóteles e em Lévi-Strauss, tem sua seriedade questionada. O que essas críticas fazem, sobretudo, é inventar uma coisa chamada história como um Jano de faces incompletas. Na face da poesia, Aristóteles nega à história a plenitude do *mýthos*. Na face da ciência, Lévi-Strauss acusa a história de ser, que surpresa, mito, mas no sentido de ideologia. Estrutura e *mýthos* são razões complementares, cuja proximidade é o enquadramento da história entre as fronteiras da literatura e da ciência.

²⁸ Lévi-Strauss não menciona nada disso na *Antropologia estrutural*.

²⁹ LÉVI-STRAUSS, *O pensamento selvagem...*, p. 290.

³⁰ Cf. ROSSET. Clement. *A anti-natureza: elementos para uma filosofia trágica*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p.17. Rosset acredita haver “convivência secreta entre a ideologia estruturalista e a ideologia naturalista”, p. 111.

³¹ DOSSE, *História do estruturalismo...*, p. 261.

Considerações Finais

“Talvez houvesse amantes cujo dom era relacionar os elementos da realidade e uni-los, dando-lhes uma completude que não haviam possuído em vida, transformando uma paisagem ou um encontro entre pessoas (que agora eram parte do passado, totalmente desconexas) numa dessas coisas globais e compactas nas quais o pensamento se detém e com as quais o amor brinca”.

Virgínia Woolf, *Rumo ao farol*.

O conjunto da discussão até aqui esboçado pode sugerir uma relação de simetria entre os conceitos de *mýthos* e de *estrutura*. A equivalência possível, não obstante, carece de fundamentos ainda mais consistentes. Se há correspondência entre os conceitos, quando examinados à luz de suas críticas ao conhecimento histórico, há também diferenças que os opõem de modo muito positivo. *Mýthos* trata do ficcional e é pertinente a essa ampla região sintetizada na expressão literatura. *Estrutura*, ao menos em sua versão estruturalista, descreve cientificamente as regras, a lógica geral que rege, no plano inconsciente, oposições e correlações – invariantes – de um sistema de transformações. Convém, portanto, estabelecer aproximações mais rigorosas entre os dois conceitos.

Em *Formas aristotélicas e estruturas Lévi-Straussianas*³², Francis Wolff acredita que o estruturalismo é “um retorno epistemológico” ao problema da forma em Aristóteles³³. Segundo essa perspectiva – cujo trabalho de análise é devotado, sobretudo, a quatro obras: à *Metafísica*, aos tratados zoológicos *Geração dos animais* e *Partes do animais* (textos de Aristóteles), mas também à obra de Lévi-Strauss *As estruturas elementares do parentesco* – o tema da forma é a condição de aproximação entre a ciência aristotélica e o estruturalismo de Lévi-Strauss.

Claro, forma em Aristóteles se diz *eidós*³⁴ e não *mýthos*. Com efeito, Wolff propõe uma aproximação entre *eidós* e *estrutura*. Não obstante, acredita-se poder demonstrar a afinidade entre *mýthos* e *estrutura* seguindo as pistas e o desdobramento do tema da forma no pensamento de Aristóteles tal como apresentado em Wolff. Ora, a arquitetura do conhecimento em Aristóteles: Ciências Teóricas, Ciências Práticas e Ciências Poéticas³⁵ pressupõe uma escala na qual as regularidades sobrepõem-se aos indivíduos e às contingências. Se o objeto poesia trágica, por exemplo, se os seres da natureza – aí incluído o homem – e as instituições humanas não podem ser objetos de uma rigorosa teoria matemática, ainda assim podem ser “formalizáveis”³⁶. Lê-se: são capazes de ser organizados e

³² Esse texto encontra-se no estudo: WOLFF, Francis. *Nossa humanidade: de Aristóteles às neurociências*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora da UNESP, 2012. Francis Wolff, antropólogo e filósofo, não parece um intruso, por sua formação e atuação, na relação aqui estabelecida entre Aristóteles e Lévi-Strauss.

³³ WOLFF, *Nossa humanidade...*, p. 184.

³⁴ WOLFF, *Nossa humanidade...*, p. 32.

³⁵ Ver, a esse respeito, *Metafísica* E, 1, 1025b 3.

³⁶ Cf. WOLFF, *Nossa humanidade...*, p. 178.

percebidos numa ordem que apresenta suas funções não segundo os indivíduos, as singularidades, mas segundo a espécie e o tipo mais geral que, tomados – espécie e tipo – como um sistema auto-regulamentado faz passar o ser isolado à categoria de ser estrutural. Isto é, à categoria de objeto passível de conhecimento, pois torna-se a presença singular das combinações possíveis dentro de um sistema. Na tradução de Francis Wolff: “A forma é a parte fixa e cognoscível do que só existe de maneira variável e contingente, mas jamais tem existência independente”³⁷.

Ora, anunciar regularidades onde há contingências é desvendar uma ordem subjacente às possíveis particularidades. Desse modo, a fonologia estrutural, o conceito de fato social em Durkheim e as unidades mínimas das regras sistêmicas de parentesco em Lévi-Strauss são lembrados por Wolff como exemplos de estruturas formais que podem ser aproximadas da ideia de forma aristotélica. Se ao estudar as espécies Aristóteles descola-se dos indivíduos, “que não podem ser objeto de ciência”³⁸, por não serem definíveis e conceitualizáveis, Wolff enxerga semelhante procedimento em Lévi-Strauss e na tradição de estudos ligada ao estruturalismo como, por exemplo, aqueles produzidos por Durkheim, Saussure, Bourdieu e Benveniste. Vale a pena escutar o que Francis Wolff diz sobre essa semelhança. São duas citações que se completam e reforçam a relação entre forma aristotélica e estruturalismo.

*Tratar, como exige Durkheim, os fatos sociais, que, porém, sempre se apresentam como individualizados e contingentes, como coisas, é tratá-los como ‘formas’ no sentido aristotélico, ou seja, como entidades que existem objetivamente, imutavelmente (embora não existam naturalmente como tais) e considerá-las independentes dos indivíduos em que se realizam.*³⁹

Em seguida, o autor relaciona forma e estrutura, isto é, Aristóteles e Lévi-Strauss:

*Aristóteles diferencia as formas vivas por suas partes constituintes (os órgãos), essas unidades elementares que não existem por si mesmas, mas só pelas relações que têm entre si e pelas que elas têm com esse ser todo (o ser vivo) que, com isso, elas constituem; Lévi-Strauss diferencia as regras matrimoniais por meio de relações elementares (mãe, irmã, filha, prima cruzada, prima paralela) que só ganham sentido a partir do momento em que elas põem em relação o indivíduo com todos os outros indivíduos da sociedade, que assim é constituída.*⁴⁰

³⁷ WOLFF, Nossa humanidade..., p. 179.

³⁸ WOLFF, Nossa humanidade..., p. 181.

³⁹ Grifos nossos. WOLFF, Nossa humanidade..., p. 182.

⁴⁰ WOLFF, Nossa humanidade..., p. 190. Grifos nossos na passagem “unidades elementares que não existem por si mesmas, mas só pelas relações que têm entre si.” Gilles Deleuze no artigo *Em que se*

O *mýthos*, mesmo pertencendo ao campo do fazer – campo inferior à ciência teórica por ser resultado e destino de um trabalho de caráter técnico e abaixo da teorização sem finalidade empírica –, mesmo na escala dessa subordinação, é formal por ser o resultado de uma construção cujas propriedades fazem aparecer um objeto coeso segundo regras próprias de significado. Como organismo, *mýthos* ordena suas partes individuais numa totalidade coerente⁴¹.

O formalismo do *mýthos* e da *estrutura*, portanto, ultrapassa o particular e o singular, pois baseia-se em relações lógicas e, quando trata de eventos, os integra em transformações sistêmicas mais profundas que a superfície das conexões históricas.

Por fim, não se pretendeu aqui fazer de Aristóteles um estruturalista *avant la lettre*. Esta abordagem aproxima os dois autores porque ambos, tanto do ponto de vista literário quanto do científico, dizem que a história não habita o reino da forma.



pode reconhecer o estruturalismo? reforça a citação supramencionada com a seguinte afirmação: “Lévi-Strauss frequentemente apresenta a estrutura como uma espécie de reservatório ou de repertório ideal, onde tudo coexiste virtualmente, mas onde a atualização se faz necessariamente segundo direções exclusivas, implicando sempre combinações parciais e escolhas inconscientes” DELEUZE, Gilles. “Em que se pode reconhecer o estruturalismo?”. In: CHÂTELET, François. *História da filosofia* – vol. 8: o século XX. Tradução de Hilton Japiassú. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 283.

⁴¹ Cf. a interpretação de Luiz Costa Lima em: LIMA, Luiz Costa. *História Ficção Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 188.

RESUMO

Referindo-se à história como um método sem objeto, Lévi-Strauss aponta o caráter paradoxal do conhecimento histórico, isto é, conhecimento que não descreve e analisa as leis de seu objeto. Reduzindo a história ao relato do particular, Aristóteles declara a inconsistência da narrativa histórica incapaz de produzir um objeto literário segundo as leis da necessidade e da verossimilhança. A história trata das coisas que sucederam, isto é, diz o particular, pois não propõe tipos, modelos, nem extrai de sua narrativa significados universais. Significante comum a ambos, a história em Aristóteles adquire seu significado a partir do modelo narrativo da *poiēsis* trágica: *mýthos* e *mímesis*. Em Lévi-Strauss, o significado da história é recolhido segundo o grau de cientificidade do método estrutural. Deduzindo regularidades e demonstrando a universalidade de modelos ou de sistemas comunicativos e de classificação, Lévi-Strauss reencontra o homem antes da história, isto é, nas leis e operações inconscientes que formam o repertório da humanidade. Não obstante as diferenças há um ponto em que as duas críticas se comunicam: a fragilidade ontológica e epistemológica da história. Pontos de partida não semelhantes, mas resultados que se aproximam, portanto.

Palavras Chave: Estruturalismo; Poética; História.

ABSTRACT

Referring to History as a method without an object, Lévi-Strauss points out the paradoxical nature of the historical knowledge, in other words, a knowledge that does not describes and analyzes the laws of its object. Reducing History to the story of the particular, Aristotle declares the inconsistency of the historical narrative, incapable of producing a literary object under the laws of necessity and likelihood. History is about things that happened, that is, it tells the private, for does not proposes types, models and neither extracts of his narrative any universal meanings. A common significant to both, the History in Aristotle acquires its meaning from the narrative model of the tragic *poiēsis*: *mýthos* and *mimesis*. In Lévi-Strauss, the meaning of History is collected according to the scientific degree of the structural method. Deducting regularities and demonstrating the universality of models or of communicative and rating systems, Lévi-Strauss meets the man before the History, in the laws and in the unconscious operations that form the repertory of the humanity. Notwithstanding the differences, there is a point at which both critiques communicate: the ontological and epistemological fragility of History. Not similar starting points, but results that approach each other.

Keywords: Structuralism; Poetic; History.

Artigo recebido em 20 jun. 2014.

Aprovado em 30 abr. 2015.